

Militares vão se empenhar por mandato de cinco anos

BRASÍLIA — As Forças Armadas vão usar seus assessores parlamentares na luta pelo mandato de cinco anos para o Presidente José Sarney. A decisão foi tomada ontem na reunião dos Ministros militares no Quartel-general do Exército, depois de uma avaliação dos riscos políticos e econômicos de uma vitória dos quatro anos para o atual Presidente.

Segundo o Ministro da Aeronáutica, Octávio Júlio Moreira Lima, "os riscos de instabilidade seriam ainda maiores do que os que enfrentamos agora".

— Nós avaliamos a situação e achamos que, com a vitória dos quatro anos cresceria o quadro de instabilidade política e econômica do País. Um exemplo claro é o da compatibilização à Constituição das leis ordinárias. Como governar se as leis ordinárias não se adequarem à nova Carta? E um risco claro e presente a partir da hipótese de uma eleição para a Presidência da República este ano. Os Deputados iriam fazer campanha em suas bases, o que é natural, esvaziando o Congresso e impe-



Moreira Lima: adequação à Carta

dindo a votação das leis ordinárias.

Moreira Lima fez questão de ressaltar:

— Um País não pode ser governado com a Constituição apenas. É preciso que leis ordinárias ampliem as linhas gerais do texto constitucio-

nal. Com o mandato de quatro anos, a votação das leis ordinárias ficaria prejudicada. Um outro ponto que deve ser lembrado é o das negociações com os credores externos. Haveria um risco de os acordos já conseguidos voltarem à estaca zero, uma vez que surgiriam dúvidas sobre o seu cumprimento por um outro Governo. Por isso entraremos em contato com autoridades do Governo e as lideranças partidárias para apresentarmos nossa posição.

O encontro, um dos almoços de trabalho promovidos mensalmente desde o início da Nova República, tinha duas pautas: uma aberta e outra secreta. Na pauta aberta, a compatibilização das leis ordinárias militares com a nova Constituição vinha em primeiro plano.

Na agenda secreta, além do emprego dos assessores parlamentares na luta pelos cinco anos, avaliou-se a disputa pelo regime de governo na Constituinte e a possibilidade de aplicação de medidas de emergência em face da crise econômica.

O encontro começou às 11 termi-

nou às 14h sob severas medidas de segurança. Normalmente, o acesso de Ministros visitantes é feito pela porta da frente do Quartel-general, conhecido em Brasília como "Forte Apache". Honras militares são oferecidas, com formatura de uma guarda de honra e toques de clarim. Desta vez, os ministros chegaram pela garagem, onde não existe qualquer possibilidade de contato com a imprensa.

Participaram do encontro os Ministros Ivan de Souza Mendes, do SNI; Rubem Bayma Denys, do Gabinete Militar; Paulo Roberto Camarinha, do Estado-Maior das Forças Armadas; Henrique Sabóia, da Marinha; Leônidas Pires Gonçalves, do Exército; e Octávio Júlio Moreira Lima, da Aeronáutica.

Outros assuntos discutidos na pauta aberta foram a designação do novo Comandante da Escola Superior de Guerra, que será um General; a possibilidade de realização de uma feira internacional de armamento no Rio de Janeiro; as promoções de 31 de março; e uma viagem dos Ministros militares à Ilha da Trindade.

Reis diz a Sarney que presidencialismo ganha

BRASÍLIA — Levantamento feito pelo Deputado Milton Reis (PMDB-MG) revelou ontem uma vantagem de 42 votos para o presidencialismo, faltando consultar apenas 83 Constituintes. Eufórico com o resultado, Reis deixou o plenário à tarde e dirigiu-se ao Palácio do Planalto com a lista de Constituintes no bolso. Recebido pelo Presidente José Sarney, informou que o presidencialismo já tem 259 votos garantidos, contra 217 favoráveis ao parlamentarismo. E acrescentou que não é mais possível uma virada. O Presidente Sarney manifestou apoio ao sistema presidencialista mitigado, mas insistiu nos cinco anos de mandato.

A moção de censura a Ministros de Estado continua dividindo o grupo presidencialista que tenta a fusão das emendas Humberto Lucena e Manoel Moreira. A maioria prefere a censura individual, mas há discordância relativamente ao quorum: enquanto uma parte defende a maioria absoluta (metade mais um), outra exige os dois terços da Câmara.

Diante da dificuldade de entendimento entre os presidencialistas, o

Líder do Governo, Carlos Sant'Anna, estuda a utilização de duas táticas. A primeira consiste na aprovação da emenda Humberto Lucena na íntegra, para uma posterior fusão com a emenda Manoel Moreira, através da aprovação de 11 emendas aditivas. A segunda tática é a aprovação do "emendão" resultante da fusão das duas emendas presidencialistas, antes do início da votação.

Um acordo chegou a ser encaminhado em reunião realizada ao meio dia, no gabinete do Senador Humberto Lucena. Ficaram definidos dois pontos básicos: a criação da figura do Primeiro-Ministro, que será o coordenador da ação ministerial, e a moção de censura individual, com quorum de maioria absoluta. A bancada do PT, representada pelo Deputado José Genoíno (SP), informou que estava fora do acordo, por discordar da existência do Primeiro-Ministro. Mas o principal "racha" surgiu mais tarde, provocado pela moção de censura.

O Senador Marco Maciel (PFL-PE) e o Líder Carlos Sant'Anna não aceitaram o quorum de maioria absoluta para a censura individual e força-

ram a reabertura das negociações, quando o jurista Miguel Reale já redigia o texto final do acordo. Sant'Anna argumentava que se fosse fechado o acordo em torno do "emendão", que cria o "presidencialismo parlamentarizado", a moção de censura deveria ser coletiva, com quorum de maioria absoluta. Se fosse individual, o quorum deveria ser de dois terços.

O Senador Marco Maciel também reagiu à decisão dos presidencialistas:

— Se ficar maioria absoluta, vai cair Ministro todo dia. Acho que tem que haver um motivo forte para isto.

No final da tarde, o Deputado Maurílio Ferreira Lima (PMDB-PE) surgiu com uma proposta intermediária, a ser estudada numa reunião convocada para as 9h de hoje, no gabinete do Senador Humberto Lucena. Ele propõe dois tipos de censura: no primeiro caso, com maioria absoluta, ela não derruba o Ministro; no segundo caso, com maioria de dois terços, a censura derruba o Ministro.

Peemedebistas propõem o parlamentarismo com 4 anos

BRASÍLIA — Um grupo de parlamentaristas do PMDB, liderados pelo ex-Governador Franco Montoro e pelo Senador José Richa, definiram a proposta que defenderão nas negociações sobre o sistema de governo: parlamentarismo com quatro anos de mandato para o Presidente Sarney.

Além de Richa e Montoro, estiveram no encontro na noite de quarta-feira os Deputados Pimenta da Veiga (MG), Severo Gomes (SP) e o Senador Fernando Henrique Cardoso (SP). O Líder do PMDB na Constituinte, Senador Mário Covas, não pôde comparecer, mas informou que estava de acordo com a proposta.

Outra tentativa de formular uma proposta foi feita pelos Deputados Irajá Rodrigues (PMDB-RS) e

Jorge Uequed (PMDB-RS), junto ao Ministro da Justiça, Paulo Brossard. Eles pediram ao Ministro que levasse a proposta de parlamentarismo com implantação imediata, em troca dos cinco anos de mandato. A resposta:

— O Presidente não se sentiu seduzido pela proposta — disse Brossard.

O parlamentarismo implantado no último ano do Governo Sarney, garantindo-lhe os cinco anos de mandato, foi assunto de longa conversa entre o Presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, e o Governador de Goiás, Henrique Santillo. O Governador esteve quarta-feira com Sarney e afirma ter recebido sinal verde para conversar sobre esta proposta com Ulysses e demais Governadores que o apoiam.

Ministros crêem em vitória no plenário

BRASÍLIA — Pela primeira vez com a presença do Assessor Especial da Presidência, Thales Ramalho, o Presidente José Sarney voltou a reunir um grupo de Ministros, no Palácio do Planalto, para avaliar as chances do Governo nas votações sobre o sistema de governo e a duração do mandato presidencial. O Ministro das Comunicações, Antônio Carlos Magalhães, disse que na reunião os Ministros transmitiram ao Presidente a impressão de que é tranqüila a aprovação dos cinco anos de mandato e do sistema presidencialista.

Mesmo sem tomar posse oficialmente e ainda esperando que os funcionários do Palácio do Planalto preparem seu gabinete, Thales Ramalho participou da reunião da cúpula política do Governo. Antes, ele conversou por cerca de 40 minutos com o Presidente.

Depois, subiu para o quarto andar, onde já o aguardavam os Ministros Antônio Carlos Magalhães, das Comunicações; Jader Barbalho, da Reforma Agrária; José Hugo Castelo Branco, da Indústria e Comércio; Borges da Silveira, da Saúde; José Reinaldo, dos Transportes; Ronaldo Costa Couto, do Gabinete Civil; o Governador do Maranhão, Epitácio Cafeteira; e o Líder do Governo na Câmara, Carlos Sant'Anna.

Ao chegar ao Palácio do Planalto, às 11 horas, Thales Ramalho não quis fazer declarações políticas. Discreto, como de hábito, Thales disse apenas que acertaria com o Presidente Sarney alguns detalhes de sua posse, na segunda-feira, às 16 horas. Argumentou que nos últimos dias estivera envolvido com questões relativas à sua aposentadoria do Tribunal de Contas da União, o que dificultou contatos com políticos e até com jornalistas.

Em entrevista, após a solenidade de lançamento do Pólo Cloroquímico de Sergipe, o Ministro Antônio Carlos Magalhães disse que até as duas votações de maior importância na Constituinte — o mandato e o sistema de Governo — as reuniões de Ministros com o Presidente Sarney vão ser frequentes. Antônio Carlos manifestou confiança na aprovação dos cinco anos de mandato, acrescentando que a maioria dos parlamentares também é favorável ao presidencialismo.